

Esboço crítico de uma interpretação Marxista das crises econômicas: a abordagem de Mandel

Paulo Henrique Furtado de Araujo

Professor da UFF, da Universidade Gama Filho e da Universidade Veiga de Almeida, mestre em Economia pela UFF

Introdução

Uma interpretação da categoria marxiana de crise econômica deve se colocar de acordo com a especificidade do método de pesquisa e de exposição de Marx, que são diferentes. Para além disso, deve ser capaz de perceber que Marx ao interpretar o enigma das formas de movimento, de constituição do ser social, na verdade está instaurando uma ontologia do ser social³.

Na exposição de *O Capital*, Marx parte da essência rumo a manifestação fenomênica, parte de altos níveis de abstração, e vai concretizando as categorias mais abstratas. Assim no Livro I de *O Capital* estão colocadas as possibilidades formais da crise de superprodução na contradição entre valor de uso e valor de troca e entre valor e valor de troca. Pois o capitalismo, com o desenvolvimento máximo da divisão social do trabalho, impede que os objetos feitos pelos produtores sejam valores de uso para eles, ou melhor, satisfaçam o conjunto de suas necessidades de consumo. Para o produtor, o produto do seu trabalho é um não valor de uso que ele levará ao mercado para trocar por outras mercadorias. De tal maneira que o importante para ele não será o valor de uso de seus produtos, mas o valor de troca. Mas nada garante que ele encontrará outros produtores interessados em comprar a sua mercadoria, e aí está colocada a possibilidade de crise de superprodução. Esse quadro é reforçado com a introdução do equivalente geral, do dinheiro, no circuito de troca. O dinheiro aí nada mais está expressando que a contradição inerente à mercadoria entre o fato dela ser fruto do trabalho privado e do trabalho social. Ou, dizendo de outra forma, o trabalho privado contido na mercadoria individual deve ser confirmado no mercado enquanto trabalho socialmente necessário, e isso só ocorre de forma exterior ao corpo da própria mercadoria, ou seja ela precisa encontrar no mercado

um equivalente, uma outra mercadoria exterior a ela, que confirme o trabalho contido nela como trabalho socialmente necessário. Isso se dá via valor de troca, via dinheiro. Esse reconhecimento social no corpo de outra mercadoria é aleatório, é uma possibilidade que pode ou não acontecer.

Mas até aqui a crise é mera possibilidade, a exposição terá que se concretizar ainda muito, incorporando categorias da aparência, da superfície do modo de produção capitalista para que essa possibilidade se torne realidade. Esse movimento é feito por Marx ao longo do Livros II e III de *O Capital*.

Ernest Mandel parece perceber essas articulações e constrói uma explicação das crises econômicas enquanto integração de vários níveis de determinações, colocando-a na perspectiva da totalidade. Assim, para ele, as crises econômicas não tem uma única causa, não são devidas por exemplo à queda da taxa de lucro ou à superprodução, mas a esses dois fenômenos (mais às lutas de classe), que surgem em níveis diferentes de abstração ao longo de *O Capital*. Tentativa de um esboço a partir das posições de E. Mandel

A palavra crise deriva do grego *Krino*, *Krinein*. Originalmente crise diria respeito ao agravamento de uma situação tensionada, o momento de ruptura, de quebra, ao momento crítico. Mas também diria respeito à possibilidade da escolha, da opção, da realização da separação para se fazer uma opção.⁴

Marx parece utilizar a palavra crise em ambos os sentidos. Para ele crise econômica é o momento da ruptura, da separação dos elementos constituintes do processo de produção (produção e circulação), elementos esses que têm sua unidade interna restabelecida de forma violenta, restabelecendo um "equilíbrio" pré-existente que fora perturbado. Ou seja, crise representa tanto a restauração violenta da unidade dos

elementos do processo produtivo que se tornaram independentes, quanto a afirmação violenta da independência de elementos que na verdade formam uma unidade⁵. Assim as crises representam a afirmação e a ruptura do "equilíbrio instável" entre a oferta e a demanda. Mas esse restabelecimento violento do "equilíbrio" é algo momentâneo, pois as contradições que levaram a essa ruptura não podem ser superadas, ou apagadas, mas voltarão a se manifestar em crises posteriores. Assim Marx avalia que as crises econômicas são um fenômeno cíclico, na verdade considera que a crise econômica é o momento decisivo, mais importante do ciclo industrial.⁶

Para Marx a superprodução é a causa das crises, e ela aparece de forma cíclica. Mas, conforme Klagsbrunn, a superprodução cíclica "tem por premissa a expansão e dominação da grande indústria como forma predominante de organização da produção. A grande indústria permite um aumento muito rápido da produção quando a taxa de lucro se eleva, em função de vendas crescentes no ciclo.

Além dito, à medida que os elementos constitutivos do capital fixo das indústrias, sobretudo máquinas e equipamentos, passam a ser preponderantemente produzidos em grandes indústrias, o desenvolvimento tecnológico e a melhor organização da produção que as caracterizam permitem a introdução maciça, nos demais ramos de produção, de máquinas que tendencialmente exigem um menos emprego relativo de força de trabalho no processo de produção" (Klagsbrunn, 1991a, p. 9-10)

O menor emprego relativo de força de trabalho, devido a máquinas mais produtivas, contribui para a formação do exército industrial de reserva. Assim o capitalismo no seu desenvolvimento reproduz as condições necessárias de sua reprodução e produz trabalhadores em excesso de forma a superar as limitações (à sua reprodução) postas pelo mercado de trabalho. Por esses motivos é que o ciclo é adjetivado de industrial, conforme Klagsbrunn:

"O ciclo industrial é a forma de evolução própria no capitalismo, no qual predomina a grande indústria. No capitalismo plenamente formado a grande indústria predomina no setor industrial e este passa a ser o setor dominante de toda a economia. Com isto, o ciclo industrial passa a ser a forma de evolução própria de toda a sociedade.

Com o desenvolvimento do capitalismo generaliza-se e aprofunda-se a interdependência entre os

diferentes ramos de produção industrial. Deste modo, torna-se mais difícil que ramos isolados não sejam afetados pela conjuntura geral, acentuando-se assim o caráter generalizante do movimento cíclico da economia, a partir da indústria, embora sempre algum ramo de produção, por especificidades conjunturais em seu mercado, possa encontrar-se em conjuntura diferente da conjuntura geral. O ciclo é um movimento geral da economia manifestado, em cada fase, por um bloco de setores e ramos econômicos importantes." (ibid., p. 11)

Marx defende, em várias passagens de sua obras da maturidade, a superprodução como causa última das crises econômicas. O fenômeno da superprodução é intrínseco à lógica do capital, pois esta rege-se pela obtenção do máximo lucro, sua preocupação é a extração de mais-valia em montantes sempre crescentes, o máximo possível de ser extraído. O capitalismo, não se move no sentido da mera satisfação dos produtores, mas a satisfação das necessidades está subordinada à obtenção de lucro, ele não produz visando ofertar valores de uso, mas visando a mais-valia. A tendência do capital é expandir-se, capital é valor em expansão, mas essa expansão não ocorre de forma retilínea, linear, ela é interrompida por várias contradições, que são as manifestações de crises; ela se afirma apesar das crises, ou melhor nas crises. Com isso entende-se porque ocorre superprodução ao mesmo tempo em que milhões de pessoas carecem dessas mercadorias superabundantes. É que essas pessoas não são capazes de comprar essas mercadorias pelo preço exigido no mercado, preço esse que é capaz de confirmar a mais-valia contida nessas mercadorias, ou dizendo de outra maneira, o capitalismo leva ao desenvolvimento tão espetacular da produtividade do trabalho, produzindo uma quantidade tão grande de mercadorias que não encontra demanda solvável no mercado para elas. Assim, na crise, o capital não consegue vendê-las por seu preço de produção e realizar o lucro médio esperado pelo capitalista. No momento em que se manifesta a superprodução o fabricante só consegue realizar parte das mercadorias produzidas, ou parte do valor contido em sua mercadoria, o que resulta em aceitar uma taxa de lucro inferior à antiga taxa de lucro esperada. O que significa que ele terá que vender sua mercadoria por um preço inferior ao esperado. Com isso ele é levado a reduzir sua produção corrente, reduzir suas encomendas, o que leva ao aumento dos seus estoques, iniciando o

que Mandel (1990, p. 212) chama de momento cumulativo de crise: redução do emprego, da renda, da demanda global, dos investimentos, ... Esse movimento cíclico é observado nos dois departamentos fundamentais da economia capitalista: o produtor de meios de produção e o produtor de bens de consumo. Para Mandel, em geral as crises parecem iniciar-se pelo departamento produtor de meios de consumo, passando em seguida para o outro setor, mas essa é uma evidência empírica, o que não indica um impedimento de que eventualmente elas iniciem pelo departamento produtor de meios de consumo. (ibid.)

Em verdade, não bastaria um aumento dos salários para evitar a superprodução, até porque, na fase do ciclo que antecede a crise, os salários estão nos seus patamares mais elevados. Na verdade, a superprodução expressa a contradição básica do capitalismo, que é o fato de sua lógica intrínseca levar ao desenvolvimento sem limites das forças produtivas, desconhecendo a base material limitada do consumo; ou dito de outra forma, a contradição entre o desenvolvimento irrefreável das forças produtivas e as relações de produção estabelecidas, fundadas no trabalho assalariado e na extração de mais-valia.⁷

Assim nos indagamos a respeito do que leva à precipitação da crise de superprodução. Para responder a essa questão é necessário distinguir, conforme propõe Mandel, alguns fatos que facilitam a explicação lógica das crises de superprodução, assim é preciso apontar quais são os fenômenos de aparecimento da crise, distingui-los dos detonadores / catalisadores de cada crise específica, apontar as causas mais profundas da crise e por fim revelar qual a função objetiva das crises para a lógica de funcionamento do capital.⁸

O principal fenômeno de aparecimento das crises é a superprodução, que acabamos de tratar acima, a ruptura entre a oferta e a procura solvável que acaba levando à redução das encomendas e da produção das firmas, pois as vendas são insuficientes, e isso dá início ao movimento cumulativo da crise (redução do nível de emprego, redução do nível de renda, dos investimentos, da produção, das encomendas, o que acaba por iniciar uma nova espiral de redução do nível de emprego, da renda, dos investimentos). O detonador/catalisador da crise é o fato que precipita a crise, que deflagra o processo cumulativo da crise. Mas para que o detonador cumpra seu papel de catalisador, é

preciso que toda uma série de pré-condições componentes de uma situação de crise estejam presentes na conjuntura, pré-condições essas que não tem ligação direta com o detonador, assim ele não é a causa da crise. Conforme Mandel, o detonador da crise de superprodução pode ser um acontecimento qualquer como a quebra de um grande banco, de uma grande empresa, a redução da demanda pelas mercadorias de um setor importante da economia mundial ou nacional, a falta de uma determinada matéria-prima de grande importância para os principais setores da economia, etc. (ibid., p. 212). Como dissemos, o detonador não é a causa última da crise, e para que um acontecimento como a quebra de um grande banco torne-se o detonador da crise de superprodução é preciso que essa quebra ocorra no final da fase de prosperidade ou de ativação excessiva. Se ocorresse no início o fato não traria maiores consequências para o conjunto da economia. O detonador contribui ainda, para dar as características de cada crise, pois cada crise é única, tem suas próprias particularidades, ele vai diferenciar as formas de aparição de cada uma.

A função objetiva das crises de superprodução, conforme Mandel, liga-se a afirmação da lei do valor. Pois a economia capitalista funciona tendo por base a lei do valor, segundo a qual cada mercadoria será trocada no mercado por outra de valor equivalente ao seu. Assim, a crise de superprodução é a forma através da qual a lei do valor se afirma apesar da concorrência intercapitalista e dos monopólios (ibid.). Isso se passa da seguinte forma: no início de cada ciclo industrial, na vitalidade média da prosperidade, ocorrem modificações no processo produtivo no sentido de racionalizá-lo, de introduzir inovações que elevem a produtividade do trabalho, associadas ao progresso técnico. O progresso técnico sob o capitalismo em geral está associado a economia de força de trabalho, o que leva à redução do custo unitário das novas mercadorias produzidas sob essas novas condições. Os capitalistas que conseguiram essa redução do valor unitário das suas mercadorias, podem então extrair mais-valia extra, desfrutar dos superlucros, pois têm custos menores que os concorrentes e vendem por um preço próximo aos destes. E, dessa maneira, a extração da mais-valia extra é uma forma de "violar" temporariamente a lei do valor (logo essa inovação é imitada pela concorrência), pois permite a redução do tempo de trabalho necessário, aumentando o tempo de trabalho excedente, sem

alterar a duração da jornada de trabalho. Mas isso só pode acontecer até a fase de superprodução ou ativação excessiva, pois assim que entramos na conjuntura de crise de superprodução, onde há redução de vendas, ruptura entre oferta e demanda, redução das encomendas, formação de estoques, etc, e baixa de preços, a baixa dos preços impõe os novos valores das firmas com maior produtividade, como os dominantes no mercado, ou seja, o mercado se estreita e inviabiliza a continuidade do funcionamento das firmas menos produtivas que têm uma quantidade de trabalho contida em suas mercadorias acima do que é agora socialmente necessário. O estreitamento do mercado, provoca perda generalizada de lucros, destruição de valores e destruição física de capital constante, incorporação de empresas ineficientes pelas mais eficientes, concentração e centralização de capital. O que vai acabar restabelecendo as condições de um novo ciclo industrial.

Mandel interpreta que, para Marx, a renovação do capital fixo poderia ajudar a explicar a periodicidade dos ciclos industriais, não no sentido de que dariam origem às flutuações conjunturais, pois na verdade seriam resultado dessas flutuações conjunturais. Essa renovação que ocorreria com maior intensidade no período médio da fase de prosperidade, e que não costuma acompanhar a duração física do capital fixo, mas a duração moral, seria função "das condições de rentabilidade, das previsões de expansão do mercado, do ritmo de inovação tecnológica a mais longo prazo" (ibid., p. 213). Portanto a renovação do capital fixo, para Mandel, é resultado das flutuações conjunturais, e ao mesmo tempo contribuem para reproduzi-las e ampliá-las.

Entendemos que a contribuição mais relevante de Mandel para o entendimento da categoria de crise é o fato dele apontar como causas mais profundas da crise a superprodução e a queda da taxa de lucro. Pois essa perspectiva é compatível com a ótica da totalidade, com a ótica ontológica, ela permite a recuperação da categoria de crise nos vários níveis de abstração nos quais é tratada em "O Capital". Para ele, a superprodução e a queda da taxa de lucro determinam-se reciprocamente, estão entrelaçadas, sendo que o fenômeno fundamental das crises é a superprodução, e Marx afirma em vários momentos que a causa das crises é a superprodução. Essa posição de Mandel, que explica as crises de forma pluricausal, permite a integração da multiplicidade de fatores que atuam nas conjunturas de crise e no

desenrolar do ciclo, abrindo espaço inclusive para a intervenção das lutas de classe na determinação dos resultados da esfera do econômico.

Portanto para Mandel, as crises tanto expressam a superprodução de mercadorias, como a tendência à queda da taxa de lucro, que se manifesta na variação do lucro médio ao longo do ciclo, sendo que ao longo dos ciclos configura-se uma redução dessa taxa de lucro médio global. Para ele os ciclos são os mecanismos através dos quais ocorrem a queda tendencial da taxa de lucro e atuam as possibilidades de superação temporária dessa queda:

"El movimiento cíclico del capital sólo es, pues, el mecanismo a través del cual se realiza la caída tendencial de la tasa media de ganancia. Al mismo tiempo, constituye también la reacción del sistema contra esta caída, por la desvalorización del capital en las crisis. Las crisis permiten adaptar periódicamente la cantidad de trabajo efectivamente gastado en la producción de mercancías a la cantidad de trabajo socialmente necesario, el valor individual de las mercancías al valor determinado socialmente, la plusvalía contenida en esas mercancías a la tasa media de ganancia. Como la producción capitalista no es una producción conscientemente planificada y organizada, estos ajustes no se producen a priori, sino a posteriori. De ahí que necesiten sacudidas violentas, la destrucción de millares de existencias y de enormes volúmenes de valores y riquezas creados." (Mandel, 1977, v.1, p. 326)

Com isso transparece que para Mandel, a tendência à queda da taxa de lucro manifesta-se de forma cíclica: "A largo plazo, la tendencia de la tasa media de ganancia es una tendencia a la baja. Pero ésta no se efectúa en forma rectilínea. Sólo se impone a través de ajustes y alzas periódicos, en un movimiento cíclico (...). Este movimiento cíclico puede caracterizarse someramente en sus fases principales por el movimiento de la tasa media de ganancia." (ibid., p. 324)

Uma objeção possível de ser feita às posições de Mandel é a formulada por Itoh: "o caráter cíclico das crises dificilmente pode ser explicado por isto [pela tendência à queda da taxa de lucro], porque esta não é uma tendência cíclica, mas um movimento que se impõe apenas como tendência" (Itoh apud Klagsbrunn, 1991a, p. 24)

Em primeiro lugar não nos parece que Mandel tente explicar o caráter cíclico das crises pela tendência à queda da taxa de lucro, ao menos não de

maneira direta, mecânica, com um encadeamento linear do tipo: "queda da taxa de lucro/redução dos investimentos/redução do emprego/redução das rendas/crise de superprodução" (Mandel, 1990, p. 211). Mas para explicar esse caráter cíclico das crises Mandel toma em consideração, uma série de fatos e categorias econômicas que fazem parte tanto da esfera da produção quanto da circulação, e integra em sua explicação as lutas de classe⁹. Em seguida veremos como ele encadeia essas categorias, mas antes é relevante ressaltar que Altwater tem uma posição diferente de Itoh nesse particular, pois ele defende que as leis de tendência do modo de produção capitalista não se manifestam através de um "trend linear, mas implicam um movimento cíclico" (Altwater, 1987, p. 90-91). Esse princípio é exemplificado, segundo ele, por Marx ao descrever no Livro III de "O Capital" a lei da queda tendencial da taxa de lucro e suas contratendências. Assim, "a lei [da tendência à queda da taxa de lucro] não se expressa de forma pura devido à presença de causas antagônicas, apresentando-se, antes, como uma *tendência*. Em razão das *contradições* inscritas nesta *tendência*, ela não pode manifestar-se como o *trend* linear, mas só como *movimento cíclico*." (*ibid.*, p. 91, nota 38)

Por fim, ressalta Mandel, Itoh parece estar preso a "uma dicotomia imaginária: ou a teoria da superacumulação¹⁰ ou a teoria do superprodução" (*ibid.*, p. 211, nota 170), enquanto Mandel defende a complementariedade entre a crise de superacumulação e a crise de superprodução.

Para Mandel o encadeamento causal que incorpora "toda uma série de mediações indispensáveis que se situam, concomitantemente, na esfera da produção e na da circulação de mercadorias e, (...), no domínio da concorrência e no da luta de classes" (1990, p. 213)

é o seguinte: no período de vitalidade médio da fase de prosperidade, ocorre com mais intensidade um aumento do progresso técnico, que leva à economia de força de trabalho e por consequência a elevação da composição orgânica do capital (pois o progresso técnico sob o capitalismo não é neutro, ele é fundamentalmente poupador de trabalho vivo, substituindo-o por trabalho morto incorporado nos meios de produção. O que não significa dizer que a tendência é a redução absoluta do trabalho vivo, ele cresce tendencialmente mas a taxas inferiores ao crescimento do trabalho morto, logo ocorre uma diminuição relativa). Esse aumento da composição

orgânica não implicará numa redução imediata da taxa de lucro se três fatores estiverem atuando por um certo período (período que Mandel chama de "fase de 'lua-de-mel' do boom"¹¹ (1990, p. 214)): a taxa de mais-valia ou de exploração for ascendente, os preços das matérias-primas for baixo e existirem possibilidades de investimentos em ramos industriais ou países cuja composição orgânica é inferior à dos ramos ou países mais desenvolvidos. Esses fatos impediriam a queda da taxa de lucro nessa fase do ciclo. Mas, para Mandel, a continuidade da expansão esgotaria essas condições de existência da fase de "lua-de-mel": a redução do exército industrial de reserva, decorrente da continuidade da expansão, tornará "difícil aumentar a taxa de mais-valia (...) [pois] as relações de força no mercado de mão-de-obra se modificam em favor dos vendedores da força de trabalho, se esses estiverem bem organizados" (*ibid.*, p. 214). E como sabemos o aumento da taxa de mais-valia pode contrabalançar o aumento da composição orgânica do capital e evitar a redução da taxa de lucro. A continuidade da expansão acarretaria, ainda, aumento dos preços das matérias-primas, que tem uma produção menos elástica que a produção industrial, o que pode levar ao aumento do capital constante e da composição orgânica do capital, contribuindo para reduzir a taxa de lucro. Por fim, quanto mais longa e profunda a expansão, "mais raros se tornam os setores (ou países) onde os capitais produtivos podem encontrar condições de composição orgânica do capital estruturalmente mais baixas do que nos setores essenciais dos países industrializados dirigentes." (*ibid.*)

Diante desse quadro, Mandel conclui que a taxa de lucro cai, o que acirra a concorrência inter-capitalista pela apropriação do excedente econômico. Os capitalistas com maior produtividade, com maior poder de mercado, conseguirão manter por mais tempo as taxas de lucro médias obtidas na fase de "lua de mel". A queda da taxa de lucro está indicando que, "com *relação ao conjunto do capital social*, a mais-valia total produzida não foi mais suficiente para manter a antiga taxa média de lucros" (*ibid.*), mas isso não significa que de imediato as indústrias e bancos mais importantes na economia terão redução da sua taxa de lucro. Tal situação manifesta-se da seguinte forma: "uma fração do capital *recentemente acumulado* não pode mais ser investida produtivamente nas condições de rentabilidade "normalmente esperadas"; é cada vez mais retida para atividades especula-

tivas, arriscadas, menos rentáveis.¹² A massa absoluta de investimentos não retrocede em razão disso; pode até aumentar. O emprego e a massa salarial não retrocedem também; estão até em um nível bastante elevado, se não máximo. Mas os investimentos, o emprego e a produtividade (produção de mais-valia relativa) *não crescem mais em proporção suficiente* para sustentar por si próprios a expansão, que prossegue sem dar atenção ao que se passa do lado do "último consumidor". A indústria não é mais "o melhor cliente da indústria". (*ibid.*, p. 214-215)

Mandel entende que essa modificação da conjuntura é imperceptível, pois está encoberta pela continuidade do boom. Mas dois fenômenos, segundo ele, vão concorrer para abalar, ainda mais, as bases da continuidade dessa situação de queda da taxa de lucro social sem redução imediata da taxa de lucro das grandes indústrias e bancos:

(1) "a queda da taxa média de lucros deve desencadear, nas condições de prosseguimento da expansão e de aprofundamento da especulação, o *recurso incessantemente crescente ao crédito* e portanto, o agravamento do endividamento das empresas" (*ibid.*, p. 215) Esse recurso ao crédito e ao endividamento explica a resistência das empresas em ajustar rapidamente preços e lucros (elas estão sofrendo uma redução violenta dos seus lucros, pois os encargos financeiros estão crescendo e os rendimentos brutos estão caindo), o que poderia reduzir os efeitos da queda da taxa de lucros e da mudança da conjuntura. "A expansão acelerada do crédito é praticamente inevitável, uma vez que os bancos se esforçam por evitar as bancarrotas em cadeia, que lhes causariam graves perdas." (*ibid.*) Nesse contexto, segundo Mandel, passamos imperceptivelmente da prosperidade para a fase de superprodução ou de ativação excessiva ("do boom ao superaquecimento"), e essa passagem contribui para nublificar, encobrir as forças que preparam a crise de superprodução ("crash").

(2) Durante o prosseguimento da expansão, entrando na fase de superprodução ou ativação excessiva, aparecem manifestações de capacidade de produção excedente. Isso porque "os dois fenômenos fundamentais da expansão em sua fase de 'lua-de-mel' - aumento da composição orgânica do capital e crescimento da mais-valia relativa (aumento da taxa de mais-valia) - (...) [levam] ao crescimento da *massa* de mercadorias produzidas." (*ibid.*)

Pois no modo de produção capitalista, a redução do valor unitário das mercadorias (bens de consumo e bens de produção) - que é um reflexo da extração de mais-valia relativa - só pode ocorrer com um aumento considerável da massa total das mercadorias produzidas.¹³ O que só acumula as condições para o surgimento da superprodução e a deflagração da crise por um detonador conjuntural relevante.

Das contradições expostas acima Mandel conclui que o aumento da composição orgânica do capital não é neutralizada pelo aumento da taxa de mais-valia devido a luta de classes. Daí a tendência a queda da taxa de lucro $==> l' = m' / (1 + c/v)$.

A queda da taxa de lucro ocorre juntamente com a superprodução de capitais, ambos se determinam. Pois quanto maior a massa de capitais não aplicados, mais o crescimento da massa de mais-valia produzida se atrasa em relação à acumulação de capital; quanto mais cai a taxa de lucro, mais aumenta a "defasagem entre a taxa de lucro esperada e a realizada para um número crescente de empresas" (*ibid.*, p. 216), e aumenta a diferença entre seus encargos financeiros e os seus rendimentos reais. Assim elas ficam muito mais vulneráveis aos incidentes (detonadores) que podem levar à falência. "Superabundância" de capitais e "escassez" de lucros coexistem, determinando-se uma à outra. (*ibid.*)

Para Mandel, a redução dos preços ("preços-ouro") devido a redução geral das vendas é a condição para que os efeitos da queda da taxa de lucros sejam sentidos por todos os capitais, ou seja é a condição para que haja retração da produção de todos os setores. (*ibid.*)

"A crise de superprodução *amplifica*, por sua vez, a queda da taxa de lucros, que havia abaixado apesar do fato de que a *produção de mais-valia* estivesse em seu nível quase máximo. Com a redução do emprego e o surgimento do desemprego pleno e parcial, a massa total da mais-valia produzida se reduz até em relação ao nível alcançado na fase final do *boom* e durante o superaquecimento, e isso apesar de uma taxa de exploração dos trabalhadores ainda em elevação (...)" (*ibid.*)¹⁴

Com isso relatamos o que Mandel aponta como as causas mais profundas das crises de superprodução, associando a queda da taxa de lucro¹⁵ e a superprodução, associando aspectos da esfera da produção e da circulação e da luta de classes.

Falta agora relatar como ele mostra a passagem

para um novo ciclo industrial, um novo ciclo de acumulação de capital, e como ele responde às críticas de que uma teoria de ciclos econômicos (em particular uma teoria marxiana da crise e dos ciclos econômicos) é necessariamente mecanicista, pois não deixaria margem para a intervenção do indivíduo, para a iniciativa individual. Além do que tomaria os indivíduos como incapazes de aprender com sua própria experiência, depois de duzentos anos de existência do modo de produção capitalista, eles continuam agindo de forma a possibilitarem o surgimento de crises de superprodução.

Quanto a primeira observação, a passagem para um novo ciclo de acumulação ocorre assim que a desvalorização dos capitais e a destruição física de máquinas e equipamentos se torne suficientemente ampla para reduzir o capital constante, quando houver grande desemprego da força de trabalho e “medidas de racionalização múltiplas” que permitam “relançar vigorosamente a taxa de exploração ou taxa de mais-valia”. Aí “(...) a queda da taxa de lucros será estancada, e (...) um novo ciclo de acumulação de capitais poderá deslançar.” (ibid.)¹⁶

Quanto a segunda observação, podemos responder por dois caminhos. Um seria o caminho trilhado por Ernest Mandel (1977 e 1990), que valendo-se de uma argumentação simples porém eficaz aponta que nem sempre o que é melhor para o capitalista individual é melhor para todo o sistema capitalista e vice-versa. Na conjuntura favorável, com mercado em expansão, todo capitalista individual aumenta seus investimentos na tentativa de obter uma maior parcela desse mercado em expansão. E com isso, em termos globais ocorre um superinvestimento que vai levar a uma superacumulação (e superacumulação só pode ocorrer com superprodução de mercadorias e vice-versa) e a uma capacidade excedente. Quando a conjuntura muda, o mercado retrai-se, quando há queda das vendas, então a lógica do capitalista individual não é aumentar seus investimentos como forma de incentivar a conformação de uma nova conjuntura de expansão. Pelo contrário o lógico para ele é tentar reduzir suas perdas promovidas pela queda das vendas e dos preços, para isso ele vai reduzir sua produção, o que em termos globais só produz a redução cumulativa do investimento que levará a uma desvalorização e destruição em massa de capitais. Assim Mandel observa que:

“A convicção ingênua dos liberais de que o

“interesse geral” é perfeitamente servido se cada um perseguir o seu “interesse particular” revela-se especialmente ilusória nas viradas decisivas do ciclo - sem falar do fato de ela mascarar a oposição de interesses entre capitalistas e assalariados. *A propriedade privada é o obstáculo insuperável ao crescimento extensivo dos investimentos.* Assim sendo, constitui o obstáculo insuperável à desapareição do ciclo.” (ibid., p. 218)

O segundo caminho para responder essas questões é o lançado por Lukács, em sua *Ontologia do ser social*, que responde a partir de uma perspectiva filosófica a essas afirmações de determinismo, mecanicismo, etc, em Marx. O que representa a possibilidade de uma eficaz integração entre esses dois autores (Mandel e Lukács) na explicação das crises econômicas.

Considerações finais

Não podemos deixar de apontar os pontos fracos da posição de Mandel acima relatada. Além da crítica formulada por Itoh da qual já tratamos, Mandel faz duas afirmações que suscitam dúvidas. Ele afirma que “a partir de um certo momento da retomada ou da conjuntura de crescimento, há um aumento inevitável da composição orgânica de capital, em decorrência de um progresso técnico (...)” (ibid., p. 213-214)¹⁷. As dúvidas são: Que tipo de progresso técnico é esse que leva a um aumento da composição orgânica justamente no momento da retomada? Qual o tempo que se leva entre a introdução das inovações que permitem esse progresso técnico e o aumento da composição orgânica do capital? Esse aumento da composição orgânica do capital só se manifesta aí, nesse momento do ciclo? O que leva esse aumento justamente na fase de retomada ou da conjuntura de crescimento? Porque não se manifesta em outras fases do ciclo? E essa passagem é fundamental na explicação de Mandel: ele inclusive inicia a descrição do encadeamento dos fatores que explicam as crises de superprodução por essa afirmativa. No entanto, tal afirmativa parece-nos um tanto “ad hoc”.

O outro momento da argumentação de Mandel que suscita dúvidas é quando ele está apontando os fatores que minariam as condições da continuidade da “lua-de-mel do boom”. Ele diz que quanto mais longa e profunda a expansão, “mais raros se tornam os setores (ou países) onde os capitais produtivos podem encontrar condições de composição orgânica do capital estruturalmente mais baixas do que nos setores

essenciais dos países industrializados dirigentes." (ibid.) A dúvida é: Porque se tornam mais raros esses setores ou países? Parece-nos que a única justificativa é que os capitais ao afluírem para os setores ou países com menor composição orgânica do capital elevam essa composição devido a introdução de progresso técnico, mas esses setores só deixariam de ter uma composição orgânica do capital estruturalmente mais baixa que os setores essenciais dos países centrais, se não houvesse continuidade na introdução do progresso técnico nesses setores, ou seja, se aí não se elevasse a composição orgânica. Mas isso não é o que tem demonstrado a história ...

Bibliografia

- ALTVATER, Elmar. A Crise de 1929 e o Debate Marxista sobre a Teoria da Crise. História do Marxismo, Rio de Janeiro, 1987. v. 8, p. 79-133, Paz e Terra.
- CARCHERDI, Guglielmo. Frontiers of Political Economy. 1. ed. London : Verso, 1991. 324 p.
- CASTELLS, Manuel. La Crisis Económica Mundial y el Capitalismo Americano. 1. ed. Barcelona : Editorial Laia, 1978. 337 p.
- _____. La Teoría de Las Crisis Económicas y las Transformaciones del Capitalismo. 1. ed. Madrid : Siglo Veintiuno, 1978. 145 p.
- KLAGSBRUNN, Victor Hugo. Comentários a respeito da Teoria de Marx sobre as Crises e o Ciclo Industrial e de Algumas Interpretações. mimeo. 1991, 28 p.
- _____. Considerações sobre a Categoria Dinheiro de Crédito. Niterói, Texto para Discussão n.83 do Programa de Mestrado em Economia da UFF, 25 p. novembro de 1991.
- _____. A Conjuntura Econômica no Brasil a partir de 1973. Berlim, maio de 1979, 42 p.
- _____. A Conjuntura Econômica no Brasil em 1990 e a Política Econômica. Niterói, Boletim do Projeto Análise de Conjuntura Econômica, n.1, abril de 1991, 53 p.
- _____. A quantidade de Dinheiro em Circulação e o Nível Geral de Preços. ANPEC - ANAIS, vol. 1, 1990, p. 69-88.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 4a. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986. 230 p.
- LUKÁCS, Georg. A Autocrítica do Marxismo. Temas de Ciências Humanas, São Paulo, n. 4, p. 19-25, outubro de 1978.
- _____. As Bases Ontológicas da Atividade Humana. Temas de Ciências Humanas, São Paulo, n. 4, p. 1-18, outubro de 1978.
- _____. Diálogo sobre o "Pensamento Vivido". Ensaio - Filosofia, Política e Ciência da História, São Paulo, n. 17/18, p. 13-87, setembro de 1986.
- _____. História e Consciência de Classe - Estudos de Dialética Marxista. 2. ed. Rio de Janeiro : Elfos, 1989. 378 p. (Biblioteca de Ciência e Sociedade).
- _____. Ontologia do Ser Social - A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel. São Paulo : LECH, 1979. 114 p.
- _____. Ontologia do Ser Social - Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. São Paulo : LECH, 1979. 174 p.
- _____. The Ontology of Social Being - 3. Labour. London : Merlin Press, 1980. 139 p.
- vol. 1, p.35-39.
- MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. 2a. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1985. 417 p.
- _____. A Crise do Capital - Os Fatos e Sua Interpretação Marxista. São Paulo : Ensaio, 1990. 329 p.
- _____. El Dólar y la Crisis del Imperialismo. 2a. ed. México : Era, 1976. 223 p. (Série Popular Era, vol. 23)
- _____. A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx. 2a. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1980, 221 p.
- _____. Iniciação à Teoria Econômica Marxista. 4a. ed. Porto : Afrontamento, 1975. 72 p.
- _____. Introdução ao Marxismo. 4a. ed. Porto Alegre : Movimento, 1982. 129 p.
- _____. Socialismo X Mercado. Cadernos Ensaio - Série Pequeno Formato, São Paulo, vol. VIII, 100 p. outubro de 1991.
- _____. La Recesión Generalizada de 1974-1976 en la Economía Capitalista Internacional. Críticas de la Economía Política - Edición Latinoamericana, 2a. ed. México, vol. 3, p. 46-65, abril-junio 1977.
- _____. Tratado de Economía Marxista. 7a. ed. México : Era, 1977. 2 vol.
- MARX, Karl Heinrich. O Capital - Crítica da Economia Política. 2a. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1985a. Volume I - Livro Primeiro - Tomo I (Coleção Os Economistas).
- _____. O Capital - Crítica da Economia Política. 2a. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1985b. Volume II - Livro Primeiro - Tomo II (Coleção Os Economistas).
- _____. O Capital - Crítica da Economia Política. 2a. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1985c. Volume III - Livro Segundo (Coleção Os Economistas).
- _____. O Capital - Crítica da Economia Política. 2a. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1986a. Volume IV - Livro Terceiro - Tomo I (Coleção Os Economistas).
- _____. O Capital - Crítica da Economia Política. 2a. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1986b. Volume V - Livro Terceiro - Tomo II (Coleção Os Economistas).
- _____. Capítulo VI Inédito de O Capital - Resultados do Processo de Produção Imediata. São Paulo : Moraes.
- _____. Grundrisse (1857-1858) - Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política. 15a. ed. México : Siglo Veintiuno. 1987a. vol 1.
- _____. Grundrisse (1857-1858) - Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política. 11a. ed. México : Siglo Veintiuno. 1987b. vol.2.

- _____. Grundrisse (1857-1858) - Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política. 9a. ed. México : Siglo Veintiuno. 1988. vol. 3.
- _____. Para a Crítica da Economia Política. 2a. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1986c. p. 3-185. (Coleção Os Economistas).
- _____. Teorias da Mais-Valia - História Crítica do Pensamento Econômico. 2a. ed. São Paulo : Bertrand do Brasil. 1987d. vol. I.
- _____. Teorias da Mais-Valia - História Crítica do Pensamento Econômico. São Paulo : Difel, 1983. vol. II.
- _____. Teorias da Mais-Valia - História Crítica do Pensamento Econômico. São Paulo : Difel, 1985d. vol. III.
- NETO, José Paulo Netto. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. São Paulo : Cortez, 1993. 93 p. (Coleção Questões de Nossa Época, vol. 20)
- OHLWEILER, Otto Alcides. A Crise da Economia Mundial. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1988. 189 p. (Série Novas Perspectivas - Economia)
- SHAIKH, Anwar. A Crise Econômica Mundial: Causas e Implicações. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 33-56, 1985.
- _____. Uma Introdução à História das Teorias de Crise. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 5-45, 1983.
- SWEEZY, Paul M. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. 2a. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1986. 288 p. (Coleção Os Economistas).
- _____. Quatro Conferências sobre o Marxismo. Rio de Janeiro : Zahar, 1982. 135 p.
- RIBEIRO, Nelson e MENDOÇA, Antonio. O Marxismo e a Crise Econômica Atual. in. O Marxismo no Limiar do ano 2.000. Ed. Caminho, Lisboa, p. 35-100, 1989.
- ROSDOLSKY, Roman. Génesis y Estructura de El Capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse). 6a. ed. México : Siglo Veintiuno, 1989. 630 p.
- SOUZA, Nilson Araújo de. Teoria Marxista das Crises. Santos : Global, 1992. 100 p.
- Notas**
- ¹ Esse artigo é uma versão modificada do primeiro item do segundo capítulo de nossa dissertação final de mestrado - "A Categoria Marxina de Crise Econômica: Uma Abordagem Ontológica" (UFF-1994). Portanto, foi escrito antes do desaparecimento do valoroso teórico-militante Ernest Mandel, ocorrido em 1995, e pretende ser agora uma modesta homenagem ao mesmo.
- ² Vide Lukács, 1979.
- ³ Vide a entrevista de Leandro Konder publicada no livro "Que Crise é esta?" vol.2., ed. Brasiliense, 1985. Organizado por Roberto S. Bärtholo Jr. et alli., p. 99-111.
- ⁴ Nas palavras de Marx:
- "(...) As crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado." (Marx, 1986a., p. 188). E ainda: "[A crise] é a restauração violenta da unidade entre elementos guindados à independência e a afirmação vio-
- lenta de independência de elementos que na essência formam uma unidade." (Marx, 1983, p. 949).
- ⁵ Como fala Altvater "a teoria marxista é, em seu núcleo, uma *teoria da crise*". (Altvater, 1987, p. 89) E para Marx, a crise é o momento decisivo do ciclo econômico, nesse sentido não estaremos abordando a crise econômica enquanto crise geral, tal como faz Shaikh em particular no texto "A Crise Econômica Mundial: Causas e Implicações" (1985).
- ⁷ Portanto superprodução não é o mesmo que subconsumo, conforme parecem entender Shaikh (1983) em particular na página 15; e Altvater (1987) em particular na página 102. Se fosse o mesmo bastaria um aumento dos salários e acabaríamos com o subconsumo.
- ⁸ Vide Mandel, 1990, p. 211.
- ⁹ Para Mandel é a ausência dessa explicação, desse "encadeamento real entre a queda da taxa de lucro, a crise de superprodução e o desencadeamento da crise" (Mandel, 1990, p. 211) o grande ponto fraco do referido texto de Itoh.
- ¹⁰ Teoria das crises devido à superacumulação descreve a situação em que existe um grande volume excedente de capital na economia que ao ser investido não propiciará a taxa média de lucro esperada pelo capitalista, que só pode oferecer uma taxa inferior a esperada. Altvater diferencia superacumulação absoluta e relativa, e quanto à relativa diz que "ela se manifesta sempre que a rentabilidade do capital suplementar - ou seja, logo acumulado - não é mais suficiente para uma valorização média do capital, e o nível desta última, também pela concorrência recíproca dos capitais singulares, cai a tal ponto que a acumulação é bloqueada. O capital é, pois, superacumulado com relação a suas possibilidades de valorização, pelo que a tendência à superacumulação de capital representa unicamente o outro aspecto da queda tendencial da taxa de lucro." (1987, p. 119)
- ¹¹ A fase do ciclo que Marx e Engels chamam de estagnação ou distensão Mandel chama de depressão. A fase que Marx e Engels chamam de prosperidade, Mandel parece chamar de virada até a recuperação, recuperação ou reanimação. E a fase que Marx e Engels chamam de superprodução ou ativação excessiva (e que antecede as crises de superprodução), Mandel parece chamar de superaquecimento ou auge e prosperidade ou alta conjuntura ou sobreaquecimento ou boom.
- ¹² 174. Marx. K. O Capital. t. III. Marx-Engels-Werke, t. XXV. p. 261.
- ¹³ Em defesa dessa posição, além da argumentação de Marx - Mandel cita uma passagem de Grundrisse a respeito, vide nota 175, p. 215 - vide os exemplos expostos por Shaikh (1985, p. 34-37) e por Guglielmo Carchedi (1991, p. 161-163)
- ¹⁴ Sobre esse assunto Shaikh diz: "Como vimos (...), a própria explicação de Marx sobre a queda da taxa de lucro está baseada num aumento da taxa de mais-valia. A taxa de lucro cai, não porque o trabalho se torna menos produtivo, mas porque se torna mais produtivo. Não

porque o trabalhador é menos explorado, mas porque ele é mais explorado...' 47 [Marx, Karl. *Theories of Surplus Value*. New Yorker, International Publisher, 1967. p. 439.] (1983, p. 36)

¹⁵ É devido ao encadeamento acima exposto que Mandel afirma que a queda da taxa de lucros é uma das causas mais profundas da crise, ao lado da superprodução, mas não o é num sentido linear onde a queda da taxa de lucro levaria à redução dos investimentos, esses à redução das rendas e daí às crises de superprodução.

¹⁶ Mandel parece ver a crise como o momento que põe as condições para sua superação, em seu "Tratado de Economía Marxista" ele descreve isso: "[Nas crises e depressões] La caída de los precios significa que la producción sólo sigue siendo rentable para aquellas empresas que trabajan en las condiciones de productividad más favorables. Las empresas que realizaron antes ganancias adicionales se contentan ahora con realizar la ganancia media. De hecho, se establece así un nuevo nivel de ganancia media correspondiente a la nueva composición orgánica del capital. Pero al mismo tiempo, la crisis, por la bancarrota y el cierre de numerosas fábricas, significa la destrucción de una masa de máquinas, de capitales fijos. A causa de la caída de precios, los capitales se desvalorizan también como valores de cambio. El valor total del capital social se reduce. El volumen inferior de capitales que resulta de esta destrucción se valorizará más fácilmente. Se colocará en condiciones tales que permitan, en el momento de la recuperación económica, una nueva elevación de la tasa media de ganancia." (1977, v.1, p. 325)

¹⁷ É preciso registrar a observação de Mandel contida no "Tratado de Economía Marxista" sobre essa questão:

"[Na recuperação econômica] La expansión de la producción, que es lenta al principio, mantiene la demanda de capitales-dinero a un nivel inferior a la oferta, lo que implica una tasa de interés muy baja. La coincidencia de una tasa de interés baja con una tasa de ganancia en alza determina una tasa creciente de ganancia de empresario, lo que explica también una tendencia general en los empresarios a renovar su capital fijo y a invertir en este momento del ciclo una fracción creciente de sus ganancias.

[E confirmando essa posição Mandel faz a seguinte citação] 'Por su naturaleza, la inversión en nuevo equipo no podía emprenderse en pequeñas cantidades. Suponiendo que la tasa de crecimiento de la producción fuera constante, una empresa individual no podía incrementar su equipo fijo según la misma tasa de crecimiento, y si los datos de que disponemos son dignos de confianza - para la primera mitad del siglo XIX en Gran Bretaña - resultaría que el aumento de la capacidad, necesaria para asegurar el volumen incrementado de la producción, ha tenido tendencia a efectuarse sobre todo durante algunos años de cada decenio.' (38. Gayer, Rostov y Schwartz: *The Growth and Fluctuation of the British economy 1790-1850.*)" (1977, v.1, p. 329-330)